

# Terra onde o gado criou o homem e definiu o latifúndio<sup>1</sup>

Paulo Marcos Esselin  
Tito Carlos Machado de Oliveira

No Pantanal ninguém passa a régua.  
Sobremuito quando chove.  
A régua é a existidura de limite.  
E o pantanal não tem limite.

Manoel de Barros

## Resumo

Este artigo procura descrever e elucidar o papel desempenhado pela pecuária bovina no processo de ocupação territorial do Pantanal sul-mato-grossense, na formação de suas elites e as relações de produção que elas estabeleceram com as populações nativas.

*Palavras-chave:* Rebanho bovino. Colonização. Índios.

## Introdução

As terras baixas da Bacia do Alto Paraguai, mais conhecidas como Pantanal, são uma planície com mais de 250 mil km<sup>2</sup> localizada nos dois matogrossos, na parte leste da Bolívia e na

\* Historiador. Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atuação em História da América, com ênfase em História Latino-Americana. Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil.

\*\* Geógrafo. Doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo. Atuação em Geografia Humana, com ênfase em Geografia Econômica. Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil.

<sup>1</sup> Este artigo faz parte do projeto “A produção pastoril no Piauí, no Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul, de 1780 a 1930: um estudo comparado”, financiado pelo CNPq-2008-2009.

parte mais setentrional do Paraguai. Com baixíssima declividade, o que dificulta o escoamento das águas, permite inundações periódicas – seu charme e sua razão de existir. Sua densidade faunística é a mais representativa das Américas, associada a uma vegetação formada, em mais de 70%, por campos limpos e sujos, savanas e cerrados. Mas a presença de carbonato de cálcio em seu solo, oriundo do maciço calcário, fornece um gosto salobro às águas empastadas em partes das suas terras, formando o que o rito popular chama de “lagoas salinas”.

Terreno plano, campos e águas, essas terras desenharam um território propício ao criatório bovino de forma extensiva, largado, quase que silvestre. Um pouco mais que isso, o Pantanal é uma terra de fronteiras físicas e humanas, concretas e abstratas. Ali, os limites foram impostos apenas pela natureza, esta, como vimos, muito benevolente. Nas escalas humanas, o Pantanal, assim como sua anatomia, “não tem limites”, como diz o poeta em epígrafe. Como efeito, o enlace físico dos humanos desenhou a sua história através de uma concreta biografia de violência, tratos e destrates, sintetizando numa abstrata simbiose de coexistência entre gado, homens e o latifúndio.

Este texto, que faz parte de uma pesquisa sobre as formas de ocupação das fronteiras do Mato Grosso do Sul

– realizada com auxílio da Fundect e do CNPq –, tem o intuito de: discutir o papel do gado no cenário da ocupação e funcionalização do território pantaneiro; desvendar as conexões íntimas dentre a lida com o rebanho, o tamanho das propriedades, a violência no processo de colonização, as relações entre brancos e nativos e o comportamento cultural.

## O gado carregado pelo homem

No final do século XVI, pioneiramente os espanhóis radicados em Assunção, no Paraguai, decidiram pelo início do processo de ocupação do Pantanal meridional. A intenção era definir a posse efetiva, usando estas terras como pontos de ligação entre Assunção e as minas de pratas, do Peru.

As diversas expedições entre as terras altas dos Andes e o médio Paraguai anunciavam a necessidade de estabelecimento de uma povoação. Ali nasceu Santiago de Xerez, como o resultado desta ligação. Fundado então em 1600, aquele arraial ficava a apenas quatrocentas léguas das minas de prata de Potosi e, apesar das dificuldades de acesso, consistia em possibilidades de contato com as regiões produtoras de metais.

Esta é, certamente, o gênese do criatório bovino nos pantanais do sul: “De Asuncion salieron – relata Vasconcelos, (1978, p. 62) – los capitanes

a fundar ciudades em nombre de la Santísima Trinidad, padre e hijo y espíritu santo. En cada expedición llevaban soldados agricultores artesanos caballos, vacas, armas e instrumentos de trabajo.” Os espanhóis partiam em caravanas, carretas puxadas por juntas de bois; levavam sementes para o cultivo e diversos outros utensílios para o início de suas atividades; levavam também pequenos rebanhos de bovinos e equinos, que desempenharam importante papel na ocupação do território.

Embora os registros documentais sobre entrada de bovinos e equinos sejam muito frágeis, em virtude das condições impostas pela natureza do ambiente pantaneiro, é possível deduzir, pelas características de colonização da época, que eles faziam parte de qualquer processo colonizador – no pantanal, dificilmente seria diferente.

Em Xerez, os espanhóis desenvolveram uma economia de subsistência: uma pequena produção de algodão, milho, feijão, mandioca e atividades do criatório, por vezes produtoras de excedentes. Comumente, exportavam esses excedentes para o mercado de Assunção, Tucuman e, principalmente, para as reduções jesuíticas do Guairá, Ciudad Real e Vila Rica do Espírito Santo. Situadas a oitenta léguas de Santa Cruz de la Sierra, eram umas vilas pobres, que mantinham contatos esporádicos com Potosi, e a sua popu-

lação espanhola nunca foi superior a sessenta vecinos em seu melhor momento (ESSELIN, 2000).

Outro forte impulso na pecuária no Pantanal foi dado pelos jesuítas, que ali se instalaram a partir de 1628. Fugindo das invasões dos bandeirantes paulistas na região do Guairá, atual estado do Paraná, os padres entraram em Mato Grosso para desencadear o processo de redução dos índios na região do Itatim, muito conhecida dos espanhóis, e habitada entre o rio Miranda e o rio Apa pelos índios itatins, embora este nome englobasse outras parcialidades diversas, como os ñuaras, ñiguaras, guaxaropós e outros (GADELHA, 1980).

Com os jesuítas, o bovino e o equino se tornaram bens de valor inestimável. Não havia outras enxadas, senão as omoplatas de cavalos e de bois. Todo transporte da produção do campo para os armazéns, da madeira para a construção de casas, de carros de bois ou embarcações, só era possível com o auxílio dos animais de tração, além de suprirem, com a sua carne, a insuficiência de outros gêneros alimentícios. Ainda que o abate de bovinos para alimentação não fosse corriqueiro na época, havia a necessidade de garantir aos neófitos a alimentação, sem a qual fracassava toda tentativa de mantê-los aldeados. Qualquer provisão que faltasse era motivo para que se ausentas-

sem para a selva ou para os rios, onde pudessem saciar sua fome.

No entanto, no Itatim – região que hoje podemos identificar como território do Mato Grosso do Sul – defrontava-se com uma natureza inóspita, especialmente nas terras da baixada do rio Paraguai, e cujo clima quente impedia o desenvolvimento das tradicionais culturas européias, fato que impediu o rápido desenvolvimento da agricultura.

O inimigo invisível da agricultura era o clima, de modo que, em determinados momentos, toda a produção era perdida, ora pelo excesso de chuvas, ora pela seca, ou, ainda, pelas geadas.

Dada essa situação, os padres foram obrigados a introduzir mais rebanhos bovinos, aproveitando-se dos privilégios em pastagens naturais que a terra oferecia. O jesuíta, ao lançar mão do gado bovino e cavalari para desenvolver suas reduções entre os índios itatins, estava lançando, sem o saber, as bases da pecuária mato-grossense e sul-mato-grossense, como fizera no Rio Grande do Sul e Uruguai.

Embora a agricultura no Itatim tenha levado alguns anos para se fortalecer, nunca foi abandonada, constituindo-se em preocupação rotineira entre os padres, que, enquanto não conseguiam uma produção estável de alimentos, recebiam continuamente ajuda de Assunção. Seis anos havia

se passado desde que os religiosos iniciaram o aldeamento, no entanto não haviam conseguido uma produção que pudesse atender sua demanda interna.

Somente a partir da década de 40 do século 17 é que os padres foram se familiarizando com os caprichos climáticos do Pantanal e obtendo sucessivos êxitos com os mais variados cultivos. A introdução de equipamentos mais produtivos, em substituição àqueles empregados pelos indígenas possibilitou o aumento das áreas cultivadas. Em todo esse processo, o gado bovino teve uma importância preponderante para garantir a presença dos jesuítas no sul de Mato Grosso. Por outro lado, a intensificação da agricultura, que floresceu nas reduções, permitiu a estruturação dos rebanhos – o abate sem critério, que envolvia fêmeas aptas à procriação, foi substituído pelo descarte apenas de machos ou algum outro espécime estropiado, o que permitiu o crescimento vegetativo do rebanho.

O crescimento da agricultura e da pecuária significava o aldeamento de mais indígenas; este sucesso das missões teve um preço assaz dilatado. Mamelucos paulistas, ávidos por mão-de-obra para suas lavouras, não tardaram em consolidar invasões às missões do Itatim. Duas foram muito significativas, a saber:

- na primeira, em 1632, os bandeirantes ameaçaram a cidade de Santiago de Xerez, mas a população enfraquecida não ofereceu resistência, e parte dela, diante da situação em que se encontravam, passou a colaborar com os invasores. O tenente dom Diogo de Orrego e outros cidadãos, descendentes de espanhóis, guiaram-nos até as reduções do Itatim, recentemente organizadas, levando grande parte cativa dos índios aldeados para São Paulo, para trabalharem nas lavouras que ali eram cultivadas (ESSELIN, 2000).

Após a invasão, muitos desses castelhanos que residiam em Santiago de Xerez seguiram com os mamelucos, passaram para a capitania de São Paulo com suas famílias e, de posse de muitas peças indígenas, mas, na pressa de deixar a cidade, temendo represálias das autoridades paraguaias e da própria Companhia de Jesus, deixaram na campanha chamada Vacaria grande quantidade de bovinos que não conseguiram reunir (LEME, 1914).

- Na segunda vez, em 1648, os padres jesuítas foram obrigados a abandonar a redução, incapazes de enfrentar os invasores em condições tão desiguais, já que não tinham armas para se defenderem de ataques tão portentosos. Ao abandonarem o Itatim em 1649, os padres jesuítas

viram-se obrigados a deixar o pequeno rebanho que ali haviam reunido:

[...] dexando como 700 Cabezas de ganado, dedicadas de lismona al sustento de aquellos pobre Índios que dexavam fuera de otras muchas que quedaran em la antigua población desamparada, donde también quedaron muchos alajuelos de estima que no les permitieron recoger: y despues de esta perdida todos los bueyes, ieguas, mulas, cabalos y demas bienes. (Informe da Companhia de Jesús (CORTESÃO, 1951, p. 19).

O informe da Companhia de Jesus revela que os religiosos reuniram em torno de setecentas cabeças de gado vacum, deixando-as de esmola aos neófitos, e que muitas outras ficaram na antiga povoação juntamente com os animais de trabalho: bois, éguas, cavalos e mulas, que haviam se desgarrado do rebanho e se criavam sem trato algum. Esses animais, que constituíram o casco inicial da pecuária sul-matogrossense, sobreviveram silvestremente num ambiente favorável, propício para a atividade pecuária.

Derrotados pelo conhecido bandeirante Raposo Tavares e seus comandados, os jesuítas e os indígenas que puderam escapar transpuseram o rio Apa e foram se estabelecer no Paraguai, abandonando todo gado que haviam ali conseguido reunir.

Além das condições ambientais favoráveis que o gado encontrou para o seu desenvolvimento, outros fatores

foram determinantes para o processo de expansão do rebanho. Dentre estes, as epidemias e enfermidades, que contribuíram para o decréscimo da população indígena no Itatim. Uma grande quantidade de doenças que eram praticamente inofensivas para o organismo imunizado dos europeus provocou efeitos calamitosos nas populações nativas, biologicamente desarmadas diante das novas enfermidades – é muito substantiva a documentação que registra as epidemias entre os índios, deste os primeiros contatos com os padres da Companhia de Jesus, com os colonos espanhóis e portugueses.

Outro fator importante foi que os jesuítas recommençaram trabalhos de realdeamento da população nativa do Itatim, dispersa após a última invasão, conseguindo, com sucesso, reunir oitocentas das mil famílias aldeadas e conduzi-las para as margens do rio Ipané, a 40 ou 50 km de Assunção (GADELHA, 1980). Os indígenas, que já haviam incorporado a carne bovina à sua dieta, foram trasladados para muito longe, condição importante para a rápida proliferação do gado bovino, pois as demais nações indígenas, embora o abatessem, preferiam outras caças.

## O gado que trouxe o homem

Com a derrota dos pólos de colonização espanhola e o completo despovoamento do Itatim, os portugueses

passaram a procurar territórios ainda não explorados, que pudessem lhes fornecer mão-de-obra.

Como resultado, passaram a subir o rio Paraguai, entrando no rio São Lourenço e, depois, pelo rio Cuiabá. Esta região, onde hoje está a cidade de Cuiabá e seu entorno, mostrou-se muito promissora: ali estava grande quantidade de índios; mas, mais que isto, constatou-se a presença de minerais preciosos – as minas de ouro de aluvião, tão importante na historiografia brasileira. Tal fato atraiu os portugueses e seus escravos africanos para a região.

Com a descoberta das minas de ouro em Cuiabá, o Pantanal sul deixou de ser objeto de interesse por parte dos mamelucos paulistas. O ouro, obviamente, despertava muito mais interesse aos coletores de riqueza do que rebanhos selvagens. Esse desinteresse, por parte de espanhóis e portugueses, permitiu que os rebanhos bovinos e equinos se multiplicassem ao longo dos anos.

Quando principiou o século 19, os campos da Vacaria estavam a abrigar milhares de cabeças do gado vacum e cavalari. Os relatos conhecidos, tanto de espanhóis radicados em Assunção, como de portugueses em São Paulo, são concordes em afirmar a presença desses rebanhos em todo o pantanal sul-mato-grossense, vivendo silvestremente e sem trato algum; portanto, a

planície pantaneira oferecia muitos atrativos aos pecuaristas que desejassem se fixar na região. Havia extensos campos de pastagem nativa providos de salinas naturais, água abundante; os rebanhos alçados eram facilmente encontrados, as terras eram devolutas e os grupos nativos não mais ofereciam a resistência de outrora.

Como se observa em carta enviada em 1687 – tempo depois da expulsão dos jesuítas do Itatim – ao rei e ao duque de la Plata, o governador do Paraguai, dom Francisco Monforte, informa que:

[...] enviando à los campos de Jerex, 50 españoles para saber si permanecian en ellas los portugueses, remitiendose en esto a los autos que envia, por copia, com la declaracion de un indio, que comprende la noticia de las muchas vacas que hay cerce de los campos de Jerex [...] (PASTELLS, 1912, p. 142).

Um ano antes, a expedição de Salvador Marecos saíra de Assunção em jornada com 42 soldados espanhóis, atingindo, em meados de novembro, os campos de Xerez no local chamado “Curamia”. O soldado Manuel Jaques, que acompanhava a expedição, informou que havia gado na região, muito bravo e que mostrava, pela desconfiança, o quanto devia estar temeroso do contato humano (TAUNAY, 1930).

No reconhecimento dos campos de Xerez, realizado por dom Lorenzo del Villar em 1720 e 1721, não escapa a presença das manadas, como também

das caçadas promovidas por portugueses e espanhóis, para abater animais que se tornaram selvagens (São Paulo, 1949, p. 294).

Durante muitos anos, até quase um século depois de despovoada a região, eram constantemente enviadas tropas desde Assunção, com a incumbência de observar e, se possível, embaraçar os movimentos dos portugueses. A ação das autoridades não se colocava além da vigilância.

Foram os portugueses, em suas constantes incursões pela região, que a nominaram como áreas de *vacaria*, dada a presença dos rebanhos silvestres. Delimitava-a Pedro Taques, em meados do século 18, depois de afirmar que, nos campos assim chamados, existiam enormes rebanhos, sem haver algum senhor possuidor de tanta grandeza, não só de gados vacuns, mas também dos animais cavaleares (TAUNAY, 1930).

No ano de 1682, uma das mais importantes bandeiras que fora organizada na cidade de Sorocaba partiu para o sul de Mato Grosso, tendo como capitão-mor Pedro Leme da Silva – que resolveu pela formação de um arraial nas *vacarias* –, o qual também se maravilhou com os rebanhos bovinos e equinos, sem donos (TAUNAY, 1930).

No primeiro quartel do século 19, o Brasil conquistou a sua independência ao se libertar de Portugal. Além das dificuldades políticas enfrentadas

com o processo emancipatório, o país se viu envolvido com problemas de ordem econômica. A crise da agricultura tradicional brasileira, que se estendeu de 1821 até 1850, foi marcada pela redução dos preços dos produtos exportáveis, com a consequente queda das receitas e contínuos déficits orçamentários. Essa escassez de recursos econômicos nos primeiros anos após a conquista da independência criou um clima de insatisfação entre as províncias e o governo central, com revoltas que se estenderam por todo o império.

Refletiu em Mato Grosso a situação nacional, em que caramurus e liberais promoviam intensos debates em torno de qual forma assumiria o Estado nacional nascente. Os primeiros pregavam o retorno ao absolutismo e à restauração das duas Coroas; já os segundos, no seu grupo hegemônico, manifestavam-se pela manutenção do livre-comércio e da escravidão.

À medida que a crise ia se ampliando, naturalmente, acirravam-se as discussões e, conseqüentemente, o ódio contra os portugueses, os quais, na sua maioria comerciantes, eram responsabilizados por todos os males que afligiam a Monarquia. Nas mais diversas províncias do Império explodiam manifestações armadas.

No caso de Mato Grosso, a rebelião conhecida como Rusga foi deflagrada na noite do dia 30 de maio de

1834 e durou alguns meses. Ela marca o triunfo do movimento nativo local e a completa desarticulação das forças tradicionais representadas pelos comerciantes portugueses, com importantes desdobramentos para o futuro da província.

O movimento nativista, que tinha sido acolhido em vários setores da sociedade – quartéis, câmaras, profissionais liberais, professores –, passava a ser difundido dentro da própria administração provincial. Uma onda de saques, perseguições e mortes se estendeu por dias seguidos, alcançando diversas regiões da província (NOVIS NEVES, 1988). Os amotinados cometeram atrocidades inauditas: cortaram as orelhas e partes pudendas das vítimas, queimaram cadáveres, violaram esposas, além de outros atos de selvageria.

O feito do levante cuiabano provocou o deslocamento para o Pantanal sul (as *vacarias*) de um expressivo número de fazendeiros, que, fugindo da Justiça por crimes provocados contra portugueses em várias cidades de Mato Grosso, nos arredores de Cuiabá, sobretudo, internaram-se pela região ao logo do rio Paraguai, povoando as margens dos rios Taboco e Nioaque, avançando para os vales dos rios Miranda, Aquidauana e Negro, chegando até as proximidades do rio Apa (fronteira com o Paraguai).

## O gado que planeou a terra

Foram essas as famílias que, fugindo da Justiça, procuraram áreas novas onde pudessem desenvolver atividade do criatório, chegaram ao Pantanal meridional da província do velho Mato Grosso e engendraram uma nova funcionalização do território. Uma nova colonização, baseada em novos e velhos processos de exploração, consolidou uma nova história para a região da fronteira com a Bolívia e com o Paraguai (ESSELIN; OLIVEIRA, 2007).

Cabe ressaltar que o velho Mato Grosso consolidou já em meados do século 19 papel relevante no mercado nacional. A desmotivada mineração de ouro foi cedendo lugar ao criatório de bovinos no entorno de Cuiabá, passando rapidamente à condição de abastecedora natural do mercado alimentício. Esta nova atividade desmobilizou o velho *caminho de Goiás* (Alves, 1985) e desenhou um novo trajeto de ligação com o Sudeste – passando pelos *Campuãs*, chegando até as *invernadas paulistas* – Mapa 1 (p. 12). É sob essa nova lógica de atuação comercial que está o rebanho bovino do sul de Pantanal.

Virgílio Corrêa Filho e Renato Alves Ribeiro, memorialistas matogrossenses, relatam que essas famílias pioneiras vieram conduzindo gado bovino “Dos pantanais, avançaram as boiadas para o sul, em rumo de Miranda, conduzidas pelos exaltados de

1834, que se exilaram espontaneamente de Cuiabá, depois da tragédia de 30 de maio” (CORRÊA FILHO, 1926, p. 21). Ressalta Ribeiro (1984, p. 19 e 41):

Acredito que os pequenos criadores [...] de Livramento Poconé, Santo Antônio e Cáceres desceram em direção ao sul à procura de bons campos de criar, com uma média de 300 a 600 reses no máximo, sentiram a necessidade de procurar novas pastagens, campos que pudessem se apossar e estabelecendo-se definitivamente (1984, p. 19-41).

Embora ambos os autores façam referência à vinda dos pioneiros conduzindo boiadas, não há qualquer documentação que possa comprovar tal afirmação. Isso não significa, porém, que os pioneiros não tenham trazido alguns animais.

O primeiro registro da entrada de gado bovino no Pantanal sul-matogrossense, desconsiderando o missioneiro e o de colonos espanhóis, é de 1894, quando José de Barros conduziu, de Cáceres para a região da Nhecolândia, cerca de 750 reses, das quais 350 pertenciam a Gabriel Patrício de Barros (Bié). Despendeu 33 dias na viagem, sendo quatro somente na travessia dos rios São Lourenço e Taquari. Essa empreitada foi muito custosa, e levou muitas vacas paridas, cujos bezeros não suportaram a viagem, tendo ambos muitos prejuízos (BARROS, 1987).

As notícias do gado alçado nas regiões do Pantanal eram de domínio público. Os soldados que serviam nos fortes da região fronteira frequentemente vendiam lotes dos rebanhos bovino e equino na cidade de Cuiabá, como também aquelas atribuídas aos índios guaicurus com a intermediação dos fortes: “Como era comum estes notáveis cavaleiros venderem animais de sela desde 1820 em Cuiabá” (BERTELLI, 1984, p. 41-42).

Os primeiros colonos não fizeram qualquer referência à entrada de bovinos oriundos de outras regiões. É possível que o número reduzido não merecesse menção. A questão que se coloca é que seria injustificável o deslocamento de animais – bovinos e equinos – para um lugar onde a presença deles era abundante. No entanto, é certo que eles trouxeram alguns animais de sela; aqueles que optaram pela via terrestre se utilizaram das carretas puxadas por juntas de bois para transportar suas famílias e seus poucos pertences. Muito provável é que tenham trazido também os animais de tiro para a labuta diária, indispensáveis no início do processo de fixação, algumas vacas leiteiras, animais de pequeno porte, o suíno, o caprino lanígero e aves domésticas, em escala suficiente para garantir a subsistência e para a reprodução.

Essa empresa de migração foi cometida pela iniciativa particular de al-

guns criadores nortistas (do norte do velho Mato Grosso), sem que houvesse o envolvimento do Estado. Os pioneiros foram atraídos pela facilidade de obter terra abundante e devoluta, onde a pastagem natural, em grande quantidade, abrigava milhares de cabeças de bovinos e equinos selvagens e domesticados, animais estes que estavam na posse dos grupos indígenas.

Geralmente, as comitivas que deixaram o norte de Mato Grosso eram muito numerosas, integradas por famílias inteiras, parentes, amigos, compadres, agregados e alguns escravos; enfim, os que vinham tomar posses das terras eram pessoas que reuniam condições satisfatórias que permitiam a fundação de fazendas para o criatório.

Muitas vezes, esses grupos de colonos, fugindo do centro do inóspito Pantanal, embarcavam em pequenos navios, em Cuiabá, e vinham pelo rio Paraguai abaixo, até Corumbá, onde se dispersavam, com suas comitivas, para um local que melhor lhes aprouvesse. Nesse primeiro momento de ocupação, era possível escolher as terras mais guardadas, geralmente nas proximidades dos fortes, onde se poderia encontrar auxílio em caso de necessidade e proteção contra ataques indígenas.

Os colonizadores que chegaram à região reproduziram os mesmos pro-

cessos políticos a que estavam afeiçoados no norte: tomar posse de grandes áreas de terras. E, por não reconhecerem os índios como seus legítimos proprietários, essa possibilidade era intensa.

O resultado foi que os pioneiros se apossaram de grandes áreas. Entrementes, o fator que determinou o tipo de propriedade fundiária foi a criação extensiva do gado bovino que por si só, exigia grandes áreas e impelia os colonos a se assenhorearem das terras.

No Pantanal, generalizou-se como unidade territorial a sesmaria de uma légua de frente por três de fundo, o que equivaleria a 13.068 ha. Relata Corrêa Filho (1995, p. 20):

Raramente cada proprietário rural contentar-se-ia com uma única, indicativa de comedidas aspirações. Adquirida, mediante concessão do Governador, a primeira sesmaria que servisse de núcleo, em tórno dela seriam requeridas as terras contíguas, até que perfizessem conjunto grandioso [...]. A facilidade na aquisição, por título gratuito, de glebas imensas, cujas divisas os vizinhos longínquos respeitavam, por não lhes minguar terreno bruto.

A justificativa para incorporar novas áreas ao latifúndio pantaneiro era o período das cheias: como parte das terras ficava alagada, necessitava-se de outro terreno correspondente, inacessível às enchentes, para onde o gado pudesse se refugiar. Os bovinos eram criados à solta, sem cercas, até

as primeiras décadas do século 20. O boi, instintivamente, procurava as melhores pastagens; fugindo das áreas macegosas, descobria novas pastagens, sob a vigilância dos homens, cujas terras os criadores incorporavam ao seu patrimônio, requerendo-as pelo direito de uso junto às autoridades regionais. Dessa forma, o gado definia o latifúndio.

Com efeito, entre o fim do século 19 e início do 20, os megalatifúndios estavam enraizados no Pantanal mato-grossense; como exemplo: Faz. Palmeiras, com 106.025 ha (legalizada), 3/12/1894; Faz. Rio Negro, com 118.905 ha (legalizada), 3/9/1893; Faz. Firme, com 176.853 ha (legalizada), 27/8/1899; Faz. Taboco, com 344.923 ha (legalizada), 24/4/1899; Faz. Rio Branco, com 384.292 ha (legalizada) 22/6/1901 (CORRÊA FILHO, 1955, p. 23).

Isso aconteceu a despeito da edição da Lei de Terras nº 601, de setembro de 1850. A lei de 1850 procurou limitar o tamanho das propriedades, evitando a concentração fundiária, e estabeleceu que a única forma de se obter terra era comprando-a do governo, o qual atuava como mediador entre o pretendente e o domínio público. A terra – até então em grande quantidade, podendo ser obtida através de ocupação e doação real, desde que no primeiro caso fosse mais tarde legitimada por concessão –, daquela data em diante,

poderia ser obtida por qualquer pessoa, desde que pudesse pagar por ela. A lei expressou os interesses dos proprietários rurais. Enquanto no plano internacional o avanço tecnológico no setor de transportes, conhecido como Segunda Revolução Industrial, abriu novas perspectivas para a agricultura brasileira, com o desenvolvimento da lavoura cafeeira em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, dois problemas avultaram, exigindo solução: o da mão-de-obra e o da terra.

Em Mato Grosso, a lei cumpriu, em parte, o seu papel de negar acesso de trabalhadores rurais à terra e, por outro lado, constituiu fator de concentração fundiária. Os governantes reconheceram os direitos de todos aqueles que exibissem “escritos particulares de compra e venda, ou provassem posse mansa e pacífica decorrente da ocupação primária” (CORRÊA FILHO, 1951, p. 22). A própria realidade levou a esse processo de concentração das terras, uma vez que não era possível a prática da pecuária em outros moldes que não fosse a extensiva. Aproveitando o capital natural (a terra e o gado selvagem), a lucratividade do empreendimento seria garantida, com custos baixíssimos. Os investimentos necessários a uma prática intensiva, ou seja, construção de cercas, plantio de pastagens artificiais e outros, eram, naquele momento, impraticáveis.

Não foi difícil aos novos colonos legalizar as suas terras; tinham eles a mesma origem: se não parentes próximos, eram amigos e compadres. Os documentos foram produzidos com a mesma facilidade com que se ocupou a terra.

[...] eu considero o Pantanal – alude Ribeiro (1984, p. 23) – a única área de Mato Grosso que foi colonizada exclusivamente pelo mato-grossense, ou melhor, pelos cuiabanos, poconeanos, livramentanos e cacerenses. Essa foi uma empreitada de amigos e parentes em que a solidariedade constituía a marca do empreendimento. As áreas atingiam um tamanho tal que era demarcada vagamente em função de acidentes geográficos, posição das montanhas, curso dos rios, corixos e vazantes.

À frente desses imensos latifúndios emergiu um grupo de proprietários que foi se enriquecendo ao longo dos anos e se aproveitando da ausência dos equipamentos estatais para ganhar poder sobre o espaço e sobre as pessoas.

Ao tomar posse de uma área, a primeira tarefa do novo proprietário consistia em reunir o gado alçado, espalhado por todo o Pantanal Sul. Era a chamada “baguealeação”, ocasião em que eram organizadas comitivas que permaneciam por mais de 15 dias internadas na região, distantes do núcleo da fazenda (BARROS, 1998).

Saíam sobre o lombo de cavalos para recolher os animais descendentes dos rebanhos introduzidos, séculos antes, por jesuítas e colonos espanhóis, como também aqueles que os índios guaicurus, em razão dos seus rápidos deslocamentos, abandonavam Pantanal afora.

Geralmente, os vaqueiros saíam em noite de luar para melhor visualizar os animais, que tinham o hábito de pastar apenas à noite, os quais eram laçados e amarrados a árvores, onde passavam horas, no intuito de quebrar as suas resistências; mais tarde, o peão voltava ao local para conduzi-los. Não era raro encontrar alguns animais mortos. Morriam de pura raiva e, recolhidos, eram levados para as proximidades das sedes da fazenda (PROENÇA, 1958, p. 72-73). Eram as vaquejadas: “vai-se escondido, pelos matos, e sai-se em cima do gado, de repente [...]. Pior, porém, era caçar a rês feroz, em ermas regiões, perante a lua. A pega do gado bagual, de noite, é trabalho terrível” (ROSA, 1985, p. 117).

Para manter esse gado nas proximidades do núcleo da fazenda, sob os olhos dos criadores, usava-se o seguinte estratagema: cortava-se a ponta do casco, para que a dor da pisada o impedisse de fazer longas caminhadas; com relação às fêmeas, aproveitava-se seu instinto materno: prendia-se as crias para que as mães não se alongassem (PROENÇA, 1958).

Foi assim que os bovinos foram sendo reunidos em torno dos ranchos dos pioneiros e, dessa forma, começavam a se estruturar os primeiros rebanhos e, com eles, as fazendas.

À medida que esse rebanho, encontrado pelos campos, ia sendo recolhido, recebia imediatamente a marcação a ferro, o que determinava que, daquela data em diante, ele estava em posse de um fazendeiro, passando à condição de mercadoria; conseqüentemente, não poderia ser abatido por outrem.

### O gado que ditou o ritmo

No final do século 19, quando muito gado selvagem ainda estava espalhado pelo Pantanal, essa lógica do homem “branco” já havia sido absorvida pelos índios guaicurus, entre os quais já reinava a compreensão de que o gado orelhano, não dividido – não marcado, portanto – era gado de ninguém, era de todos, era gado bravo, era como bicho (RIVASSEAU, 1941).

O fato de o pioneiro reunir em torno de trezentas a quinhentas cabeças para o seu criatório inicial não significava que na área onde ele instalara sua fazenda não houvesse um número muito superior, tanto que as caçadas eram comuns, para posterior retirada do couro.

Os rebanhos dos primeiros que se afazendaram no Pantanal, multiplicaram-se consideravelmente, mesmo

sem receber os cuidados regulares. O fazendeiro não tinha recursos para marcar todos os nascidos; aqueles sem trato manifestavam tendências para se afastar, tornando-se ariscos e repe-lindo a presença do homem.

A pecuária tornou-se a principal atividade do Pantanal. O regime das cheias e a distância das regiões mais ricas impediram o desenvolvimento de outras atividades. A posse do gado, que podia ser conduzido para outras regiões, significou que a sobrevivência dependia, quase que exclusivamente, desse recurso. O trabalho em uma fazenda era extremamente rudimentar, a ponto de um produtor afirmar que “lá não se criava gado, mas colhe-se gado” (MACIEL, 1922, p. 18-19). “Aqui é o gado que cria a gente” (ROSA, 2001, p. 118).

Todas as tarefas começavam em princípios de setembro, com as primeiras parições, e se estendiam até o fim de janeiro, às vezes até março, conforme fossem uniformes ou tardias (MACIEL, 1922).

Durante esses meses, os vaqueiros saíam a campo, localizavam as manadas e as conduziam para um curral; laçavam rês a rês, derrubavam-nas uma por uma e, no caso das crias, sinalizavam-lhes as orelhas para identificar a propriedade; esse sistema de marcação é ainda largamente utilizado no Pantanal. *Pari e passu*, fazia-se em brasa a marcação dos animais adultos,

o que nada mais era do que a confirmação da posse. Concomitantemente à marcação, os touros eram castrados, enquanto eram separadas as vacas que estivessem em período de lactação (MACIEL, 1922).

De março a agosto, as atividades da fazenda se resumiam ao cultivo de alguma cultura, ou simplesmente ao ócio. Como se pode depreender, a intervenção dos fazendeiros e dos peões na pecuária, era mínima: apenas a de assegurar a propriedade dos animais, já que a criação se fazia à custa da generosidade da natureza.

No Pantanal, no momento em que se encerravam as atividades anuais de marcação, castração, etc., o proprietário costumava, a título de gratificação, oferecer alguns novilhos ou novilhas aos seus empregados, considerando, para isso, o desempenho de cada um; “às vezes tinha capataz que conseguia até dez novilhas em um ano” (RIBEIRO, 1999, em entrevista).

Simonsen, que estudou a implantação da pecuária no Brasil, afirmou: “Depois de quatro a cinco anos de serviço começava o vaqueiro a ser pago; de quatro crias, cabia-lhe uma; podia assim fundar fazendas por sua conta” (SIMONSEN, 1937, p. 234).

No caso específico do Pantanal, não foi muito diferente: muitos daqueles que acompanharam os pioneiros, sem dispor de recursos para iniciar a atividade por conta própria, acabaram

por efetuar a acumulação inicial trabalhando em uma fazenda pantaneira. “Era comum termos na fazenda Taboco – especifica Ribeiro (1984, p. 33), pequenos criadores, quase que em regime de patriarcado, ou melhor, de comunidade, que iam crescendo, aumentando a sua criação, e depois o próprio patrão legalizava para eles ou os auxiliava na compra de glebas para se tornarem fazendeiros.”

E ainda: “Quase todos os antigos capatazes dessas fazendas [Pantanal da Nhecolândia] são, hoje, proprietários de terras. Os vaqueiros possuem gado, que criam nos campos dos patrões, sem despesa alguma” (BARROS, 1934, p. 23).

“Eu ainda alcancei parte dos processos de ocupação do Pantanal” – relata RIBEIRO, em entrevista 1999:

meu pai requereu muitas terras para ex-funcionários, que são hoje grandes fazendeiros; ele tinha grande prestígio político e levava para Cuiabá lotes de requerimentos para a legalização de terras para aquela gente; pelo fato de ser deputado, ele encontrava muitas facilidades; em troca, recebia bezeros, tourinhos, vacas velhas; de alguns nunca recebeu nada. Não é por ser meu pai, mas era um homem muito bom, um mecenas.

As terras públicas foram, assim, sendo distribuídas justamente àqueles que estavam próximos do poder e que dispunham dos meios para legalizá-las, enquanto que os índios foram sen-

do expulsos e mortos, ou se tornando peões de fazenda. Os que lançavam mão de grandes extensões de terra pública, vendendo-as ou doando-as a particulares, eram ainda considerados mecenas.

Ao lado da atividade criatória, o pioneiro viu-se obrigado a desenvolver a agricultura para garantir a sua subsistência e a de sua família, no mesmo modelo do norte de Mato Grosso. Enquanto lá, desenvolveu-se para atender a atividade mineira, no sul deu suporte para o desenvolvimento da pecuária.

Cada latifúndio possuía uma economia natural forte; fazia o cultivo próprio de gêneros alimentícios, para o sustento daqueles que viviam e trabalhavam no núcleo rural. Praticamente, produzia todo o necessário, não havendo a necessidade de recorrer para além dos limites da propriedade, a não ser para a aquisição de ferro, louça, vinhos e outros produtos, cuja produção interna não era possível. A maioria dos produtos elaborados nas fazendas era fabricada por processos manuais ou com instrumentos rudimentares de baixíssimo rendimento. Cultivava-se muita mandioca, que constituía, ao lado da carne, a base da alimentação do homem na fazenda; era um produto tão valorizado como é hoje o arroz. O milho era cultura obrigatória.

Toda grande propriedade cultivava a cana-de-açúcar para o melado,

a rapadura, a aguardente e o açúcar, com processos extremamente rudimentares.

O arroz encontrava muitas dificuldades ambientais para o seu desenvolvimento, o que obrigou a adotar-se a mandioca como alimentação básica ao lado da carne, do leite e de muita farinha de milho, assim como da abóbora, batata-doce, moranga, feijão, açúcar.

Sobressaía-se o consumo avultado da carne como elemento preponderante no regime de alimentação, em razão das atividades impostas pelo domínio do gado: o pasto a longas distâncias, forçava um ritmo próprio à lida pantaneira. O trabalho com o gado exigia do vaqueiro exaustivas horas em cima de um cavalo ou a pé, portando pesadas vestimentas e redobrando a atenção, especialmente em virtude da hostilidade da natureza. Como efeito, o consumo de proteínas decretava a necessidade de quatro refeições à base de carnes: ao raiar do dia (*desjejum*), outra ao entorno das nove horas (*quebra-torto*), o almoço e o jantar.

## Resumindo a história

O processo de colonização do Pantanal Sul, desde o princípio do século 16, esteve estreitamente ligado à pecuária. A limitação imposta pelo meio ambiente foi superada pelo bovino, que garantiu a ocupação econômica da planície e contribuiu decisivamente para

a incorporação da região ao mercado nacional.

Por muito tempo, a pecuária manteve práticas pré-capitalistas de produção, aliás, por um longo período, muito apropriadas à estrutura latifundiária da região. Assim, as relações sociais de trabalho permaneceram extremamente defasadas, com o emprego da mão-de-obra indígena, muitas vezes não remunerada, mantendo esta massa humana, que tirava a sua subsistência no mais lamentável estado de pobreza e ignorância. Tal situação vem se modificando em tempo recente, em virtude da imposição do avanço tecnológico e das novas relações de trabalho.

Instalou-se no Pantanal sul-matogrossense a grande propriedade rural voltada basicamente para o criatório bovino, e adotou-se o indígena como mão-de-obra principal, numa relação de semiescravidão.

O vaqueiro se originou do índio, do *guató*, do *guaná*, dos *chamacocos* e *guaicurus*, os primitivos donos da terra; também do negro escravo que veio para as minas de ouro e depois para as plantações de cana no norte de Mato Grosso, acompanhou o desbravador por caminhos vários e, já no sul, recebeu a influência do sangue paraguaio, absorvendo-lhes os costumes e traços fisionômicos, formando um tipo diferente do vaqueiro do norte (PROENÇA, 1997).

Na verdade, a origem do vaqueiro sul-matogrossense não ocorreu dentro de um processo idílico campestre, de

amor e ternura, a que se refere Proença; pelo contrário, pautou-se pela violência e expropriação. O recrutamento da mão-de-obra para a pecuária teve por base o elemento indígena, com consequências dramáticas para este, na medida em que determinou o seu engajamento em uma economia de caráter semiescravagista, não obstante a oposição que fez ao se ver expropriado de suas terras, seu gado, seus bens e de sua gente.

Conclui-se, portanto, que o gado foi o axial da engrenagem que movimentou os aros da ocupação econômica do Pantanal: trazido pelo homem, adaptou-se mais que seu titular ao ambiente hostil das lagoas, corichos, enchentes e secas do terreno; obrigou que o homem se adaptasse ao seu ritmo, não o inverso; incorporou terras e índios às suas necessidades, compassando, como efeito, os costumes, a estrutura e o tamanho da propriedade, ao mesmo tempo em que cadenciou as formas de exploração do trabalho, através de expedientes violentos e ilegais.

## Abstract

This article tries to describe and clarify the role played by the raising of cattle in the process of occupation of the Pantanal region state of Mato-Grosso do Sul, in the formation on its elites and the relationships of production that they established with the native population.

*Key words:* Cattle. Settling. Indians.

## Referências

- ALVES, Gilberto Luis. Mato Grosso e a história: 1870-1929 ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 61, 2º sem. 1984.
- BARROS, Abílio Leite de. *Gente pantaneira: crônicas da sua história*. Rio de Janeiro: Lacerda Editores, 1998.
- BARROS, Carlos Vandoni. *Nhecolândia*. Matto Grosso, 1934.
- BARROS, José de. *Lembranças*. Brasília: Gráfica do Senado Federal, 1987.
- BERTELLI, A. de P. *O paraíso das espécies vivas: pantanal de Mato Grosso*. São Paulo: Cerifa, 1984.
- CORRÊA FILHO, Virgílio. *Fazendas de gado no pantanal Mato Grossense*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura/SAI, 1955.
- \_\_\_\_\_. *A propósito do boi pantaneiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1926. (Monographias cuiabanas).
- CORTESÃO, Jaime (Org.). *Manuscritos da Coleção de Angeles. Jesuítas e bandeirantes no Itatim (1596-1760)*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, Divisão de Obras Raras e Publicações, 1951. v. II.

- ESSELIN, Paulo M. *A gênese de Corumbá: confluência das frentes espanhola e portuguesa em Mato Grosso 1536-1778*. Campo Grande: UFMS, 2000.
- ESSELIN, Paulo M.; OLIVEIRA, Tito C. Machado. Índio, gado e blindagens na construção da Fronteira no Sul de Mato Grosso. *Boletim Gaúcho de Geografia*, AGB-Porto Alegre, 2007.
- GADELHA, Regina Maria A. F. *As missões jesuíticas do Itatim: um estudo das estruturas sócio econômicas coloniais do Paraguai (séc. XVI e XVII)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LEME, Pedro Taques de Almeida Paes. *Nobiliarquia paulistana histórica e genealógica*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1914. v. 1.
- MACIEL, José de Barros. A pecuária nos pantanaes de Mato Grosso. In: CONGRESSO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA, 3ª São Paulo: Imprensa Methodista, 1922.
- MORAES, Ceres. *Paraguai: a consolidação da ditadura de Stroessner – 1954-63*. Porto Alegre: Edipucrs, 2000.
- NOVIS NEVES, Maria Manuela Renha. *Elites políticas: competição e dinâmica partidário-eleitoral (caso de Mato Grosso)*. Rio de Janeiro, 1988.
- OLIVEIRA, Roberto Cardozo de. *Do índio ao bugre: o progresso de assimilação dos terêna*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1976.
- PASTELLS, Pe. Pablo. *Historia de la Compañia de Jesús en la Provincia del Paraguay*. Madrid: Librería General del Victoriano Suárez, 1912.
- PENÇO, Célia de Carvalho Ferreira. *Uma legalização de terras devolutas em Mato Grosso*. Tese (Livre docente à disciplina de Antropologia) - Instituto de Letras, História e Psicologia do Campus de Assis da Universidade Estadual Paulista, 1987.
- PROENÇA, Augusto César. *Pantanal, gente, tradição e história*. 3. ed. Campo Grande: UFMS, 1997.
- PROENÇA, M. Cavalcanti. *No termo de Cuiabá*. Ministério da Educação e Cultura. INL. Rio de Janeiro, 1958.
- RIBEIRO, Renato Alves. *Taboco 150 anos: balaio de recordações*. Campo Grande, 1984.
- RIVASSEAU, Emilio. *A vida dos índios guai-curus*. 2. ed. Rio de Janeiro, 1941.
- ROSA, João Guimarães. Entremeio com o vaqueiro Mariano. In: *Estas estórias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SÃO PAULO. BANDEIRANTES NO PARAGUAI - SÉCULO XVII. São Paulo: Publicação da Divisão do Arquivo Histórico, Prefeitura do Município de São Paulo, 1949 (Coleção Departamento de Cultura, XXXV).
- SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil, 1500-1820*. São Paulo: Nacional, 1937.
- VASCONSELLOS, Victor Natalício. *Lecciones de historia paraguaya: centenario de la epopeya nacional*. 7. ed. Asunción, 1978.
- TAUNAY, Affonso. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: TYP. Ideal, 1930. v. 1 e 6.